

As três ... vezes que “Portugal”  
modificou e enriqueceu a História da Cultura  
Berço da Idade Média Europeia  
Descobrimientos  
O estudo das línguas e o diálogo de culturas  
Lúcio Craveiro da Silva

Estou hoje aqui um pouco inesperadamente porque o Senhor Doutor Adriano Moreira me convidou expressamente e como eu resistisse, entre outros motivos, pela falta de um assunto justificativo, ele sugeriu-me um tema em torno da *portugalidade*.

Ora pensando e avaliando bem, somos a nação mais antiga na Europa nas suas constantes fronteiras e interviemos na História europeia e do mundo pelo menos três vezes que, sem esses notabilíssimas intervenções, ela teria sido pelo menos bem diferente. É o que vou resumidamente recordar. Nascemos na Idade Média, como povo ainda antes de ser nação, e fomos os primeiros a realizar as perspectivas que a definem; habitamos o extremo ocidental da Europa e fomos nós que lhe alargámos os horizontes e demos a conhecer à História o resto do mundo e não só não destruimos nenhuma nação civilizada, como algumas nações que nos seguiram, mas respeitámos os seus valores e nos interessámos e estudámos pela primeira vez as suas línguas e costumes e por isso se essas nações recordam historicamente a sua civilização e as suas línguas dão inevitavelmente com a amiga e fecunda presença portuguesa.

A Galécia, foi, de alguma maneira, o nosso antecedente mais directo. Pela primeira vez, na nossa região – norte-ocidente peninsular, despontou uma cultura que, evoluindo, se impôs à Alta Idade Média Europeia. É um facto que só ultimamente se principiou a frisar.

A Galécia foi uma província romanizada na Antiguidade Tardia, com a capital em Braga, a que os romanos deram existência e estrutura próprias e alcançou, por isso, uma base cultural típica sem a qual nenhuma região ou província adquire contornos que a diferenciem.

A base e perfil cultural da Galécia era de origem hispano-romana e portanto, como de costume nas províncias romanas, possuía escolas bem estabelecidas com *ludi-magistri*, gramáticos e retóricos. A Galécia devia até possuir escolas de bom nível pois nelas se formaram, por exemplo, homens com o valor extraordinário de Orósio como o comprova o seu livro "Histórias contra os pagãos", escrito em menos de dois anos, num latim vigoroso, exuberante e com domínio amplo da cultura de então; a confirmá-lo está a lista de autores que ele utilizou: Tito-Lívio, César, Floro, Eutrópio, Justino, Eusébio, Suetónio, Tácito, Rufino ... além dos autores que mostra conhecer da recente tradição cristã.

Exemplo da superior cultura da Galécia foi também o "Itinerário" de Egéria que visitou o Egito, Edessa, Ásia Menor, Constantinopla e se demorou principalmente em Jerusalem. Nas preciosas indicações e observações que nos deixou no seu livro de viagens demonstra espírito intelectualmente preparado de observação, de perspicácia e de cultura.

Igualmente em nível de pessoa culta desta região surge Idácio bispo de Chaves na sua *Crónica*, espectador atento e desolado das invasões germânicas e que ainda esperava, a princípio, a valia e o socorro de Roma para remédio das devastações e decadência já inevitável. Sob este aspecto Orósio possuía uma visão mais profunda da história de que não disfrutava o atento mas amedrontado Idácio.

Estes exemplos de valor e intercâmbio cultural que todos os autores conhecidos desenvolveram com regiões cultas como era o Oriente e sobretudo o norte de África e o interesse e participação que lhes despertava a discussão dos cru-

cientes problemas contemporâneos e o contacto com os grandes pensadores e escritores de então confirmam suficientemente o relativo alto nível cultural da Galécia.

Para ser mais completo, em confirmação do quadro que tracei, não quero deixar de me referir a outra figura, importante embora polémica, que torna a história cultural da Galécia presente não só na Ibéria mas também para lá das suas fronteiras, como foi Presciliano (345-385). A heresia prescilianista vigorou uns duzentos anos mas hoje não é fácil defini-la com exactidão em relação ao próprio Presciliano. É que nem nos livros conhecidos do Presciliano nem nos Concílios de Saragoça (379) e de Bordéus (384) que o condenaram se encontram os erros do chamado prescilianismo tal como vinte anos mais tarde Orósio os descreve a Santo Agostinho e os Concílios de Braga o condenarão duzentos anos depois.

A repercussão cultural da Galécia, também por estas doutrinas heterodoxas que despertaram fortes reacções, assumiu de facto ressonância especial na Ibéria e mesmo para além Pirinéus.

A Galécia não era portanto uma região culturalmente pobre ou fechada pois os seus problemas agitavam-se nas nações cultas e os seus intelectuais buscavam vivos contactos com o norte de África, o Oriente e Itália; era, pois natural que também recebesse, ao longo daqueles tempos, a visita e a colaboração de figuras extraordinárias de fora.

É nesta altura que apareceu S. Martinho de Dume ou de Braga que converte o rei Teodemiro (559-570), a sua corte e o povo suevo, até aí arianos, definitivamente ao catolicismo. O valor da presença cultural de S. Martinho foi decisiva e notabilíssima, enriquecida por completa tradição romana, domínio dos movimentos religiosos contemporâneos e extraordinária capacidade de organização e influência pessoal. Com sua acção inovadora e profunda deu nova orientação religiosa e cultural aos povos da Galécia e à corte sueva e o seu influxo estendeu-se mesmo a toda a Ibéria como o atesta, entre outros, S. Isidoro de Sevilha, uns 40 anos depois.

Qual a nacionalidade de Martinho e a origem da sua notável cultura clássica? Martinho nunca esqueceu e recorda a sua origem panoniana e dedicava até

especial devoção a S. Martinho de Tours, seu conterrâneo. Mas atendendo à possível leitura dos textos conhecidos que permitem, e em parte sugerem, estabelecer que ele era originário de Panónia e à sua formação clássica esmerada somos levados a preferir a opinião de que a sua gente era originária da Panónia mas que emigrara e por isso Martinho possivelmente nascera e certamente se formara em Itália. Naqueles tempos, a vida e permanência de uma família romana na Panónia, vasta região situada a sul do Danúbio, era não só dificultada mas quase impossível pelas constantes invasões germânicas orientais.

Se esta interpretação for correcta e assim o julgamos pelas razões aduzidas, teremos uma explicação coerente da sua notável formação superior de tradição clássica incluindo o grego, integrada na cultura romana que então, como nos informa H. S. Marrou, apenas se conservava em Itália e no Norte de África.

Outro aspecto frisante da sua acção cultural com grandes repercussões nos séculos seguintes, é a sua apreciação do valor social, religioso e económico do monaquismo que então se desenvolvia em Itália e no Oriente e o ajudou a transmitir aqui à sua volta, tanto na corte como no povo rústico, os valores da nova civilização cristã e a estabelecer, organizar e vitalizar solidamente o monaquismo na Galécia, com repercussão, aliás, na Ibéria.

P. Pourat escreveu no seu livro "La Spiritualité Chrétienne", que "S. Martinho bispo de Braga na Espanha (sic) e sobretudo o Papa S. Gregório são, pode-se dizer, os únicos autores latinos dos séculos sexto e sétimo que deixaram tratados de espiritualidade" (pp.424-425).

S. Martinho no entanto escreveu também tratados práticos de ética racional e dirigidos à formação do homem "em rectidão e honestidade" e dirigiu a sua actividade apostólica e cultural não só às classes altas mas também ao povo rústico como o comprova o seu "*De correctione rusticorum*".

Assim soube transmitir às várias classes de suevos e hispano-romanos tanto uma ética inspirada no estoicismo (*Formula Vitae Honestae*) que foi desenvolvendo também em pequenos tratados sobre o orgulho, a vaidade, a cólera e a humildade, passando depois a completar a formação cristã dos suevos de modo que os defendesse da própria herança ariana e dos desvios sabelianos dos prescilianistas. E ao firmar a conversão dos suevos na genuína doutrina

cristã pôde criar a *unidade daquele* povo, antes dividido, através da realização espectacular da praxis Conciliar que ele preparara na sua liturgia bracarense e nas suas obras ascético morais.

Concluamos, até aqui, com D. Eugénio Romero-Pose:

"Portanto onde refulge com mais força o influxo de S. Martinho foi (talvez) no seu labor conciliar. Sua influência e impulso na restauração social foi de primeira grandeza. Os dois primeiros Concílios Bracarense, o de 561 e 572, significam os precedentes mais significativos do III Concílio de Toledo o qual abriu uma época em Espanha, com a unidade e a concordia e com o começo de reino e sociedade visigótica. É sabido que o acontecimento conciliar toletano é o início do que posteriormente seria Europa. Quere dizer, Toledo significa a unidade da diversidade e aceitação, sob o mesmo ideal, da diversidade cultural e religiosa. O programa carolíngio pode não ser mais que o prolongamento do projecto visigótico. Mas não é menos certo que o programa e acontecimentos bracarense reflectidos em suas celebrações conciliares são o antecipo e ante sala das celebrações toledanas. Mais ainda, se Toledo é um claro precedente da Europa altomedieval, Braga é a antesala de Toledo. O ideal episcopal de Leandro e S. Isidoro em Sevilha, está realizado, em gerações anteriores em S. Martim de Braga" (Bracara Augusta, XLIX, ano 2000, pp 13-14).

Estas considerações são exactas mas pecam, a meu ver, na sua perspectiva com que consideram o lugar da Galécia e de Toledo na formação da Europa.

O programa da formação da Idade Média, e portanto, da Europa realizou-se pela primeira vez de modo inicial completo, na Galécia. Portanto não foi apenas uma antesala ou uma antecipação de Toledo. Toledo, recebendo o programa medieval realizado na Galécia, deu-lhe novos desenvolvimentos, é certo, mas o programa tinha sido inventado e realizado pela primeira vez na Galécia, tal como depois o programa carolíngio foi um prolongamento e repetida realização mais aperfeiçoada do programa medieval realizado antes na Galécia e depois no reino visigótico de Toledo. As várias realizações e aperfeiçoamentos posteriores que culminarão com a realização final parisiense foram o desenvolvimento e aperfeiçoamento do programa cultural da Idade Média realizado primeiramente na Galécia.

Embora seja um tanto arbitrário o fixar a data exacta do início da Idade Média, é mais frequente escolher-se o ano 476 da deposição de Rómulo Augusto porque assim se exprime melhor que o corte com o mundo antigo data da invasão dos povos germânicos.

A nova cultura e multividência, característica fundamental da Idade Média, nasce:

- 1.º da herança cultural romana e grega,
- 2.º assimilada pelas tribos germânicas que se estenderam e fundiram no Ocidente, neste caso pelos suevos,
- 3.º sob o influxo social e doutrinal do Cristianismo e da sua antropologia e mundividência evangélicas onde se estabelece o teocentrismo com a sua expressão e domínio cultural do transcendente.

Ora no tempo e por influência de S. Martinho, estas três características que fundam e constituem a originalidade da Idade Média são já uma realidade culturalmente rica e inicialmente conseguida. Toledo visigótico, a época carolíngia e Paris serão desenvolvimentos e longos e belos aperfeiçoamentos deste programa, criado e primeiramente inaugurado na Galécia.

Concluamos com Hamman: S. Martinho "Último sobrevivente duma civilização que desaparece, apresenta-se ao mesmo tempo como anunciador dos novos tempos e é nisto que reside o interesse deste convertidor dos suevos".

E não se julgue que este povo, unificado culturalmente nos tempos de S. Martinho de Dume e que permaneceu politicamente independente durante mais de um século, o povo do norte ocidental da Ibéria, depois de vencido pela guerra dos visigodos de Toledo, desapareceu. Desapareceu politicamente mas não culturalmente. Há um argumento incontestável que atesta a sua permanência singular como povo. A cultura não desaparece necessariamente com as guerras. É certo que, depois de vencidos os visigodos pelos árabes, estes dominaram politicamente no norte ocidental da Península durante três séculos e na parte restante, sobretudo ao sul, sete séculos. Mas não podemos deixar de reparar num facto bem eloquente. Os romanos, em três séculos, conquistaram e transmitiram aqui a sua língua e a sua civilização. Mas os árabes, durante mais séculos, recolheram o tributo e criaram perturbações, mas não conseguiram impor nem a sua língua nem a sua civilização.

Que aconteceu então? Aquele povo do ocidente norte da Península que alcançou uma cultura original, com raízes tão fortes que foi berço da Idade Média, do século VI ao século IX perdeu o poder político, mas conservou, apoiado sobretudo pela irradiação dos conventos e mosteiros, a sua autonomia cultural. Porquê? Porque durante esses séculos, apesar das condições adversas e desconfortáveis, criou a sua própria língua e a língua é a alma do povo que o caracteriza e lhe dá horizontes e personalidade. Primeiro o galaico-português. E essa língua, apesar das dificuldades conhecidas, tanto foi modelando, de alguma maneira, aquele povo que o diferenciou até do povo vizinho castelhano e lhe permitiu, em dado momento, exprimir-se politicamente numa instituição – o Condado Portucalense que será o berço de Portugal. E logo esse povo quando encontrou a sua expressão cultural num chefe, D. Afonso Henriques, recuperou com êxito e entusiasmo a independência política, tradução em liberdade dessa rica convivência comum e desenvolveu primeiro um programa de vida colectiva que o levou até ao Algarve e, povo amante do mar e da aventura, prosseguiu em seguida pelo mar fora ...

Se já não é fácil explicar a tenacidade e sobrevivência deste povo que não se entrega e eufeuza pelo menos linguisticamente e psicologicamente ao seu vizinho castelhano durante três séculos e é atacado mais ou menos periodicamente pelos invasores árabes agora penetrou numa nova perspectiva política de criação de factos e de aventura e expansão marítima que a história, só por si, para de espanto e aponta-os mas não sabe cabalmente explicar.

O Infante D. Henrique foi o génio iniciador dos descobrimentos deste povo e a sua figura sobressai por isso com letras de ouro pois ele interpretou a ideia, lançou-a viva na nossa história de tal modo que ela jamais se obscureceu apesar dos sacrifícios incríveis, embora pouco frisados, da nossa história *Trágico-Marítima*.

Depois da conquista de Ceuta, o Infante instalou-se em Sagres e rodeado de cartógrafos, geógrafos, astrónomos, e mareantes organizou um serviço de intérpretes e deu base financeira aos empreendimentos com os rendimentos da Ordem de Cristo de que era o Mestre. Inicia assim o plano dos descobrimentos em três sentidos: avanço das terras algarvias no norte de África, descobertas para o Oriente e demanda da Índia. Lançou pessoalmente os descobrimentos

até às Ilhas de Cabo Verde, em 1460, ano em que faleceu. Mas a sua empresa prossegue até às Ilhas do Golfo da Guiné, 1465. D. Afonso V retoma a ideia ocupando Arzila e Tanger. D. João II, com redobrado entusiasmo, avança até Bartolomeu Dias dobrar o Cabo das Tormentas que se transforma em Cabo da Boa Esperança. Prepara a armada para ir à Índia e morre, mas a ideia descobridora que se apossara da nação revive em D. Manuel que entregando o comando a Vasco da Gama este conclue em 1498 a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. E a História da Civilização transforma-se e cria assim uma página nova e rica nas relações da Europa com o Oriente. Entretanto, no Ocidente descoberto, constrói-se o Brasil uma nação enorme e pujante maior do que a Europa.

Tudo parece simples mas não deixa de ser verdade a afirmação de J. H. Plumb que "o império português é um dos maiores enigmas da história". "Em meados do século XVI, afirma ainda, os portugueses dominaram uma porção do mundo e do comércio superior a qualquer outro país". E referindo-se à data recente, conclui: "E Portugal é, uma vez mais, o maior império da Europa Ocidental: foi o primeiro e é o último". (C. R. Boxer, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Edições 70, pp. 11-12)

Não deixa de facto de ser surpreendente na história das civilizações o nascimento, desenvolvimento e longa duração do chamado império ultramarino português – Portugal era uma nação pequena, sem exércitos numerosos, desprovida de marinha depois da união com Espanha, e sem riqueza para apoiar as finanças dos empreendimentos. E no entanto a comunidade ultramarina portuguesa vigorou durante mais de 5 séculos, e essas nações ainda agora, depois do império, são amigas de Portugal e recebem com simpatia os portugueses.

Eu atribuo este facto, na medida em que é explicável, primeiramente ao espírito de convivência deste povo que aprecia "acima de tudo, uma vida humana convivente, generosa e, sendo possível, amiga."

Portugal foi, na Europa, o grande pioneiro do fecundo-encontro de culturas. De facto a Europa nunca pôde ou não soube expandir a sua cultura a Leste, para além dos Montes Urais. Na Rússia, a sua voz e influência cultural parou. A Oeste, apesar das terríveis lendas do Mar Tenebroso, ele soube vencer os



perigos do Oceano com arrojo, ciência, e tenacidade e abrir as outras partes do mundo ao diálogo com a cultura europeia. Quem realizou finalmente esse encontro devidamente preparado por navegações anteriores foi certamente Vasco da Gama e, por isso, com o historiador Toynbee, também concluímos que a história do encontro de culturas se deve rigorosamente dividir em antes e depois da chegada de Vasco da Gama à Índia, pois nele se deu o verdadeiro encontro do Ocidente com o Oriente, o definitivo e real encontro de culturas que antes não podiam dialogar porque simplesmente se desconheciam.

Houve duas condições fundamentais para que esse encontro se pudesse realizar: o primeiro foi que as terras e nações, onde as várias culturas floresciam, se conhecessem e isso fizeram os navegantes e descobridores desde a África Meridional à Índia, ao Vietname, à China, ao Japão, às Mulucas e, noutro continente, ao Brasil. E o português Fernão de Magalhães, como síntese de todas estas maravilhas, deu pela primeira vez a volta ao mundo.

Mas depois, para que houvesse diálogo frutuoso e perene, Portugal lançou outro imprescindível empreendimento menos espectacular mas também difícil e complementar: o estudo e aprofundamento científico e literário das numerosas e diversíssimas línguas desses povos. Sem o conhecimento das línguas desses povos não se podia dialogar. Constitui um aspecto complementar dos descobrimentos e apreciado nessas nações mas relativamente pouco difundido entre nós e no qual os portugueses se evidenciaram como verdadeiros e notáveis protagonistas.

Vou, por isso, apresentar ao menos uma breve e incompleta mas bem significativa amostra desse iniciado diálogo cultural dos portugueses com os inúmeros povos descobertos.

Começando pelo Brasil, temos um *Vocabulário Tupi* e a *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*, impressa em 1595 do Padre Anchieta. Esta gramática foi depois aperfeiçoada pelo padre Luís Figueira e mereceu 7 edições.

Deixando o Brasil aportemos a Angola onde o P. Pedro Dias redigiu a *Arte da Língua de Angola* publicada em Lisboa em 1697.

Em Moçambique, no século XIX, foram inúmeros os vocabulários e gramáticas das várias línguas Chiniungue, e de Tete e Quelimane. Mas já em 1680, um missionário publicara a *Gramática da Língua de Sena* que, pelo seu valor, foi republicada na Alemanha em 1919.

Prosseguindo mais para o Oriente, onde os portugueses mais se notabilizaram nas línguas africanas foi na Terra do Preste João, na Etiópia. Além de serem autores de vários livros e iniciativas culturais recordemos o P. Cordeiro que compôs uma arte da língua falada na corte.

Mas foi na Índia onde o estudo das línguas foi mais vasto e diversificado pois em Goa e noutros lugares criaram Escolas e tipografias: em Punicale da língua tamul, em Salsete de língua concani, em Ambalacata escolas de sânscrito, tamul, malayalam e ciríaco, em Valpicota de língua soreana ou caldaica. Mais admirável é que não só estudaram as línguas faladas mas se dedicaram à língua dos Brâmanes, o Sânscrito.

Mais abaixo, no mapa, na ilha de Ceilão, Manuel da Costa foi autor de uma excelente *Arte Singalês*.

Mas verdadeiramente notável e excepcional, foi o trabalho linguístico dos missionários nos reinos de Siam, Cochinchina e Anam onde se notabilizou o P. Pina, natural da Guarda, que criou uma escola da língua cochinchina, mais ou menos correspondente ao actual Vietnam. Desta escola saiu o *Dicionário Anamítico-Lusitano* publicado pelo grande missionário francês Alexandre de Rodes, cujo valor a França reconheceu há poucos anos com a emissão de um selo comemorativo. No entanto ele mesmo confessa que quem primeiro dominou a língua foi Francisco Pina e, além disso, utilizou dois *Vocabulários* o do Padre Gaspar que principia pelas palavras anamíticas e outro do Padre António Barbosa pelas palavras portuguesas. Nesta língua anamítica usavam caracteres chineses e, dada a dificuldade do seu uso, os portugueses inventaram um esmerado sistema de transcrição em alfabeto romano que hoje é geralmente seguido não só pelos filólogos mas pelos próprios habitantes da região. Consta que Schu-En-Lai, ao conhecer este sistema de transcrição, exclamou: foi pena que não tenham feito o mesmo com a língua chinesa!

Quanto ao estudo do chinês, Gaspar Ferreira, falecido em 1659, deixou manuscrito um *Dicionário Chinês-Português* e Álvaro Semedo compôs dois *Vocabulários*, um português-Chinês e outro chinês-português.

E terminemos com o longínquo Japão esta resumidíssima mas expressiva enumeração das línguas dos povos descobertos e que estão na base da longa e expressiva colaboração amiga e dialogante entre a Europa, a África e o Oriente através das iniciativas culturais de origem portuguesa.

A gramática mais célere da língua Japonesa pertence a João Rodrigues impressa em 1604 em Nangasaki com o título de *Arte da Língua do Japão* que depois foi compendiada e aperfeiçoada, em 1620, com o título *Arte Breve da Língua de Japam tirada da Arte Grande da mesma Língua*.

Mas já antes outros tinham composto gramáticas e vocabulários japoneses.

Depois do trabalho do Irmão João Fernandes saiu a lume o dicionário monumental trilingue: *Dictionarium Latino-Lusitanum ac Japonicum* e oito anos depois, em 1603, publicou-se novo *Vocabulário* para corrigir as falhas do primeiro.

Estes dicionários e gramáticas, e muitos outros que por brevidade omitimos, são preciosos para o estudo da linguística e história da língua japonesa pois as figuras e caracteres japoneses são neles explicados em tipos romanos e por isso, se ainda hoje querem saber como se pronunciavam as palavras nos séculos XVI e XVII, os linguistas japoneses quase só o podem saber pela leitura dos vocabulários e gramáticas de autores portugueses.

Este apontamento de expressivas iniciativas linguísticas no diálogo das culturas foi por nós aqui esboçado também para chamar a atenção para uma lacuna da nossa história oficial ultramarina e que, talvez por isso, não encontrou expressão, lamentavelmente, na Expo 98 em Lisboa.

Quando o Prof. Adriano Moreira me convidou a apresentar um trabalho aqui, nesta prestigiada Academia, e perante as minhas hesitações, me sugeriu o tema da portugalidade, logo pensei em apresentar o mais brevemente possível aqueles aspectos em que a nossa história da cultura surgiu original e precursora na história da cultura europeia: fomos os primeiros que, nos

tempos pré-nacionais, realizámos o início da cultura medieval, depois fomos os primeiros que alargámos os horizontes da Europa com as descobertas a oriente e a ocidente, e finalmente fomos os primeiros que entabulamos o difícil e verdadeiro dialogo de culturas pelo estudo científico das línguas dos povos descobertos desde o Brasil até ao Japão através da África, da Índia, da China, das Mulucas e de Timor.

E agora?

Vou terminar com uma pergunta indeclinável que nos toca no íntimo da nossa história e da nossa alma: depois de perdermos o império qual é agora a nossa missão cultural além-mar através desses povos que continuam nossos amigos, alguns falam a mesma língua e aceitam a nossa presença e colaboração? Saberemos dar vida a esses povos de língua portuguesa com os quais temos uma ligação maior, dando assim a Portugal uma razão de ser frisante na nova Europa? Cantámos nos Lusíadas a nossa aventura ultramarina que incluiu a expansão civilizadora da Europa. E agora? Que resposta daremos a esta pergunta na nova Europa que estamos a ajudar a construir? Desta resposta depende provavelmente a nossa típica razão de ser como povo original no futuro cultural da nossa História e será a resposta à interrogação de Manuel Alegre no seu poema *Chegar Aqui* (Lisboa, Ed. de João Sá da Costa, 1984):

E navegámos tanto tempo  
São Gabriel Santa Maria Frol de la Mar  
Não há dúvida termos um passado  
Talvez demais  
Talvez tanto que não deixa lugar para o futuro  
Mas fomos pelo mar chegámos longe  
E agora Portugal que será de ti  
Se não formos capazes de chegar  
Aqui